

APRESENTAÇÃO

Neste número da Revista **Atos de Pesquisa em Educação** são abordadas temáticas acerca das Políticas Públicas em Educação que, embora tenham sido objeto de análise e publicações ao longo da última década, nem sempre estiveram visíveis e receberam a devida atenção, em seus resultados, para grande parte dos estudiosos. Esta edição foi organizada, portanto, de modo a contemplar temas e programas de políticas públicas que, resultantes de pesquisas em diferentes níveis e modalidades educacionais, buscam trazer à luz novas abordagens e percepções sobre questões relacionadas a currículo, diversidade, gestão, investimentos, qualidade da formação.

Cabe destacar que este número inclui, ainda, a resenha de um livro considerado clássico na área da avaliação da educação superior. A reflexão que esta obra enseja torna-se especial, dado o contexto recente dos dez anos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O número é aberto com o texto intitulado "*A escola pública e seu entorno social – uma questão em aberto*", de Sofia Lerche Vieira e Eloiza Maia Vidal, no qual as autoras fazem reflexão sobre um tema sempre lembrado, mas pouco pesquisado: a aproximação entre escola, família e comunidade (entorno social). Após recuperarem como este tema tem sido abordado na literatura, assim como em estudos e relatos, refletem sobre a complexidade desta relação e as dificuldades em promovê-la.

Na sequência temos, no artigo "*Juntar saber com saber: reflexões sobre o programa Residência Docente*", de Claudia Sapag Ricci, alguns dos resultados de pesquisa voltada ao Programa Residência Docente. Ao confrontar os desafios do cotidiano escolar com reflexões acadêmicas sobre o fazer docente, o texto discute as possibilidades do programa em promover o desenvolvimento profissional por meio do diálogo entre os saberes-fazeres de dois diferentes espaços e contextos de formação: a escola onde atua o residente e o Centro Pedagógico da UFMG.

As autoras Alline Nunes Andrade e Heloisa Moulin de Alencar, no artigo "*Políticas Públicas, Formação Superior e Atuação Profissional: opções morais e éticas de surdo*", retratam resultados de investigação sobre o primeiro curso brasileiro de formação, em nível de graduação, de pessoas surdas. Por meio de entrevistas, são apresentados dilemas relacionados aos processos formativos e à inserção na vida profissional, com ênfase em questões morais e éticas.

A seguir, o artigo "*Programas de Materiais Didáticos para a EJA no Brasil (1996-2014): trajetória e contradições*", de Paulo Eduardo Dias de Mello, mostra resultados de análise sobre a trajetória da constituição dos programas de materiais didáticos destinados à EJA, desenvolvidos no âmbito da União, desde 1996 até 2014, revelando concepções e contradições.

O autor Antonio Simplício Almeida Neto, no artigo "*A História Indígena a ser ensinada nos currículos oficiais brasileiros*", faz reflexões sobre o desdobramento da Lei 11.645/2008, a qual instituiu o ensino de história e cultura indígena nos currículos oficiais de alguns estados brasileiros. As considerações do autor indicam que cabe à legislação federal balizar as políticas estaduais quanto à história indígena a ser ensinada.

O artigo de Luciano Magela Roza, "*Valorização de personagens negros como conteúdo curricular no Livro Didático de História*", por sua vez, debate aspectos da incorporação e da apropriação do valor atribuído a personagens negros como conteúdo curricular presente em livros didáticos de história, os quais foram editados no contexto pós-lei 10.639/2003.

Em "*Plano de Ações Articuladas (PAR): um estudo sobre a liberação de recursos financeiros nos primeiros anos*", Fabiane Robl faz a análise e a crítica dos processos relacionados à liberação de recursos financeiros decorrentes da elaboração do Plano de Ações Articuladas, integrante do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº. 6.094/2007.

No artigo "*Indicadores da Educação Superior brasileira de 2003 a 2013: dados e resultados das políticas públicas implementadas*", de Murilo

Silva de Camargo, são apresentadas as principais políticas públicas para a educação superior, planejadas e desenvolvidas entre 2003 e 2013. Por meio de acurada reunião de dados, o autor discute o desenvolvimento de indicadores que permitem analisar a evolução da expansão da educação superior brasileira, em seus alcances e metas atingidas, mas também considerando os desafios ainda existentes.

Abordando estudo vinculado ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de 2008, Georgina Gonçalves dos Santos e Sônia Maria Rocha Sampaio apresentam e debatem a gestão universitária no artigo intitulado *"A Teoria da Afiliação: notas para pensar a adaptação de novos públicos ao Ensino Superior"*. Tomando por base o conceito de afiliação institucional e intelectual, as autoras apresentam transformações vivenciadas por universidades federais brasileiras, que aderiram ao REUNI. Em especial, os enfoques recaem sobre a otimização do funcionamento destas universidades, por meio do desenvolvimento de um sistema de gestão acadêmica, capaz de acompanhar as exigências decorrentes da abertura da educação superior para novos públicos.

O artigo *"Política de Avaliação em Programas de Pós-Graduação de Excelência em Educação"*, de Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira, Newton Cesar Balzan e Joyce Wasseem, apresenta o resultado de pesquisa com Programas de Pós-Graduação em Educação que, no triênio 2007-2009, foram classificados como de "excelência" pela CAPES, avaliação esta expressa pelos conceitos 6 e 7. Por meio de entrevistas com os coordenadores, buscam identificar elementos e políticas institucionais que podem ter determinado a "construção da excelência" desses Programas.

Finalizando o número, a resenha de Janaína Ferreira Ma sobre o livro *"Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior"* (2003), de José Dias Sobrinho, dispõe reflexões que destacam não apenas as principais contribuições da obra, mas também a atualidade do livro, tendo

em vista o caminho percorrido pela política de avaliação da educação superior no Brasil nos últimos dez anos.

A análise sobre as políticas públicas, em seus processos de elaboração, implantação e implicações de resultados apenas começa a ganhar importância no Brasil. Este número buscou ser, por meio da visibilidade dada à investigações sobre programas e políticas recentes do país, uma contribuição ao debate que, na área educacional, ainda tem muito a crescer. Esperamos, assim, que este conjunto de artigos selecionados propicie aos leitores não apenas melhor conhecimento sobre a importância e avanços dados por políticas recentes, mas, também, elementos de crítica sobre seus significados e finalidades, tendo como objetivo gerar aperfeiçoamento e fortalecimento na direção de uma escola e sociedade mais justas e igualitárias.

Boa leitura!

Stela Maria Meneghel, Fabiane Robl e Paulo Eduardo Dias de Mello
(Organizadores)